

Desafios de uma Amazônia Sustentável: Causas da não utilização do potencial de investimento do Fundo Amazônia

Vanessa Pinsky*

Introdução

O Fundo Amazônia (FA) foi criado pelo Governo Federal em 2008, e é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Trata-se de uma iniciativa pioneira e um estratégico instrumento de captação de recursos de doações voluntárias para investimento não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção do desenvolvimento sustentável no Bioma Amazônia. Nunca houve no Brasil um volume tão expressivo de recursos não reembolsáveis dedicados a uma única causa. O FA já recebeu aportes dos Governos da Noruega e da Alemanha, e da Petrobrás, totalizando cerca de R\$ 235 milhões¹ em recursos ingressados, de um total de R\$ 1,3 bilhão de recursos comprometidos pelos doadores, condicionados à apresentação de resultados. Dessa maneira, o FA recebeu cerca de 20% do seu potencial de captação, em cinco anos de operação. Esse estudo foi baseado em uma pesquisa empírica exploratória, de natureza qualitativa e descritiva, e teve como objetivo investigar as causas da não utilização do potencial de investimento do FA, na perspectiva de seus *stakeholders*. Foi utilizada uma combinação de metodologias por meio da triangulação de métodos (pesquisa documental e entrevistas em profundidade) e dados (análise de conteúdo e discurso).

Abstract

The Amazon Fund was created by the federal government in 2008, and is managed by the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). It is a pioneering initiative and strategic tool to manage grants from voluntary donations to non-refundable investment in prevention, monitoring and combating deforestation and promoting sustainable development in the Amazon region. There never was a grant amount in Brazil as expressive of grant resources devoted to a single cause. The fund has received contributions from the Governments of Norway and Germany, and Petrobras, totaling about R\$ 235 million in funds entered, a total of U.S. \$ 1.3 billion of funds committed by donors, conditional on the presentation of results. Thus, the

* Mestranda em Administração – FEA/USP

¹ Fundo Amazônia. Disponível em:

http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Doacoes. Acesso em 13/6/2013.

Amazon Fund received about 20% of its potential funding over five years of operation. This study was based on an exploratory research, descriptive and qualitative in nature, and aimed to investigate the causes of not using the potential investment of the fund in the perspective of its stakeholders. It was used a combination of research methodologies considering the triangulation of methods (documental research and in-depth interviews) and data (content and discourse analysis).

1. Análise dos Dados

A estrutura da governança do FA conta com o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), representado pelos governos federal e estaduais, e pela sociedade civil, com a missão de definir as diretrizes e os critérios de investimento dos recursos. O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), formado por especialistas, é responsável por atestar as emissões de carbono oriundas do desmatamento, calculada pelo MMA. O FA está alocado na Superintendência de Meio Ambiente do BNDES, e conta com uma equipe de 20 pessoas, incluindo uma diretoria e cinco gerencias.

A formação da carteira de projetos do FA demandou uma considerável curva de aprendizado do BNDES nas áreas temáticas que são foco do fundo. Era preciso conhecer a demanda antes de aumentar o volume de aprovações. Dessa maneira, houve uma demora na formação da carteira inicial de projetos.

De maneira geral, os especialistas entrevistados criticam o atual tamanho da carteira do FA e a não utilização de todo o potencial de investimento do fundo. Principalmente considerando o presente cenário, onde o Governo da Noruega se comprometeu com a doação de um bilhão de reais até 2015. As negociações para extensão desse prazo até 2020 já foram acordadas pelos dois países.

Conforme dados atualizados em abril de 2013 pelo BNDES, a carteira de projetos do FA compreende 37 projetos apoiados, com um montante de desembolso comprometido de R\$ 463 milhões. O primeiro projeto apoiado pelo fundo foi em dezembro de 2009, sendo que a maior concentração de projetos está no Estado do Pará, respondendo por 32% da carteira. Com relação à origem do executor, 41% dos projetos são liderados por organizações do Terceiro Setor, seguido dos Estados, com 34%.

De maneira geral, o volume da carteira atual do FA é representativo. No entanto, o montante de projetos com desembolso é pequeno, comparado com o potencial de investimento do fundo. De acordo com o volume da carteira de projetos referente a abril de 2013, o volume de desembolso representa apenas 12% do potencial de investimento do FA, garantido pelo Governo da Noruega apenas até 2015.

Na visão dos especialistas, o volume de desembolso até a presente data é considerado baixo e demonstra a baixa capacidade de execução do fundo. Do total da carteira aprovada, apenas R\$ 157 milhões foram desembolsados a 26 dos 37 projetos apoiados. É provável que parte dos projetos aprovados, considerados pelo BNDES como apoiados, não recebam reembolso por diversas razões, incluindo falta de capacidade de execução do proponente e problemas relacionados à entrega de documentação.

De acordo com as diretrizes definidas pelo COFA para o biênio 2013 e 2014, a prioridade do fundo é viabilizar a implementação do CAR nos Estados. Essa nova priorização tem gerado discussões sobre o direcionamento do FA para financiar ações que deveriam ser de responsabilidade do governo, com recursos orçamentários, e não fazer mais do mesmo.

Na visão de dois especialistas, o Brasil demonstra uma fragilização da política e da legislação, onde o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia não é prioritário para o governo atual, trazendo dificuldades para o FA, que acaba não tendo uma política de referência para se apoiar, estabelecida de forma clara e funcionando adequadamente. “E isso leva a vários problemas, incluindo a própria formação da carteira de projetos e dificuldade de identificar resultado, pois o resultado deveria ser complementar ao resultado de política, o que não se vê acontecer”, argumenta um especialista.

O BNDES ainda não aprovou iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico, apesar desse ser um dos focos de investimento do FA. Segundo um especialista, “o banco tinha o entendimento de que não era legítimo concorrer com outras linhas de financiamento não reembolsáveis do governo, e que, portanto, não era competência do fundo aportar projetos nessa área. Hoje o investimento em ciência e tecnologia na Amazônia chega a 2% do investimento total do país”.

O desmatamento na Amazônia está reduzindo. No entanto, não é possível medir se essa redução tem a contribuição direta de resultados dos projetos apoiados pelo FA. Não há medição da efetividade das ações apoiadas pelo fundo. A redução do desmatamento está diretamente relacionada a várias ações da região.

Por meio da análise dos dados primários foi possível identificar as principais causas que levaram o FA a não utilizar o potencial de investimento de doações prometidas, especialmente os recursos do Governo da Noruega, segundo a percepção dos principais *stakeholders* do fundo. Destacam-se as causas abaixo:

- O BNDES não tinha experiência e cultura na operação de um fundo com as características peculiares do FA, considerando um montante não reembolsável tão expressivo. A competência central do banco é o financiamento a iniciativas privadas e governamentais, reembolsáveis e com garantias. Além disso, o banco não tinha como foco avaliar operação com organizações da sociedade civil. Nesse sentido, a curva de aprendizado do BNDES, que era esperada pela sociedade civil, levou à demora em iniciar a operação, incluindo a definição dos critérios e procedimentos operacionais do fundo;
- A equipe do FA foi formada por profissionais concursados e de carreira do BNDES, oriundos de diversas áreas e especialidades. Não foram contratados especialistas para a capacitação da equipe. Nesse sentido, o aprendizado da equipe levou tempo;
- A burocracia nos processos do BNDES foi apontada por todos os especialistas como o principal fator de atraso na utilização dos recursos do FA e formação da carteira de projetos. Além disso, a rigidez nos critérios de avaliação e extensa documentação obrigatória exigida aos proponentes levaram ao não enquadramento de muitas propostas. Fato esse criticado por todos os especialistas;
- O COFA, entidade fundamental para direcionar o foco do fundo, não teve atuação no ano de 2012. Isso se deve ao fato do MMA não ter convocado nenhuma reunião. As definições com relação ao fundo ficaram centradas no BNDES no ano passado, fato esse que pode ter contribuído para a demora em determinados procedimentos;
- O ciclo de análise das propostas, que demora pelo menos 210 dias, é considerado muito extenso e inaceitável na opinião dos especialistas. A análise dos projetos passa pelo fluxo habitual do BNDES, onde existe um gargalo com relação à capacidade de análise das diversas instâncias, etapas de enquadramento e aprovação;
- Os critérios de aprovação e desembolso dos projetos seguem as regras usuais do BNDES, conforme sua política operacional. Nesse sentido, uma proposição é de que há falta de qualificação técnica e conhecimento do BNDES na avaliação de iniciativas complexas, com recursos não reembolsáveis, e com as características peculiares das propostas submetidas ao FA. No fluxo de enquadramento, a equipe do FA é responsável pela última instância de avaliação das propostas recebidas. Outro fator criticado pelos especialistas é se a política operacional do banco deveria ser empregada na íntegra nas análises dos projetos do FA;
- As principais causas do não enquadramento de um número elevado de propostas são: não conformidade com as diretrizes e critérios do FA; valor solicitado ultrapassava o limite estabelecido; falta de capacidade técnica para

implantação do projeto; projeto sem alinhamento com o foco de atuação do proponente; falta de qualificação do proponente; baixa qualidade técnica da proposta; não completude das informações; propostas submetidas por consultores em nome de municípios; e problemas cadastrais com líderes das entidades proponentes;

- A diferença de cultura institucional entre o BNDES e as instituições proponentes é uma questão importante nessa análise. A forma como são redigidas as propostas, o entendimento das prioridades dos temas e iniciativas, bem como as relações de causa e efeito de ações contra o desmatamento, não necessariamente são interpretadas da mesma forma entre os proponentes e o BNDES. Existe uma proposição de que o BNDES não compreende, em alguns casos, a forma de elaborar e redigir a proposta por parte das instituições;
- Demora na formação da carteira inicial de projetos. No início da operação do fundo houve muito debate sobre o montante, volume e capacidade de execução dos proponentes. Fato esse que levou à demora da aprovação dos primeiros projetos;
- O não enquadramento de algumas propostas de setores específicos, por serem consideradas como conflito de interesse para o banco, com relação à sua presença como acionista em algumas grandes empresas por meio da BNDESPAR. Há uma proposição de que a diretoria do BNDES não quer que o FA contamine o negócio principal do banco;
- A ausência de prazos com relação ao ciclo de enquadramento, aprovação das propostas, desembolsos, e dar uma resposta aos proponentes. O BNDES não tem prazos, o COFA não tem gerencia sobre isso, e fica a critério do banco a lentidão nos processos e atraso na liberação de recursos.

Alguns pontos de atenção devem ser destacados e entendidos como contribuição ao FA. Uma importante questão refere-se à captação de novos recursos. Se o FA pretende captar mais recursos, por meio da atração de novos doadores, será necessário implementar processos efetivos de monitoramento e avaliação com foco na melhoria dos projetos, e não apenas na fiscalização das iniciativas e prestação de contas aos doadores, como tem sido feito atualmente. Os resultados de um acompanhamento e avaliação deveriam ser a base para a adequação das prioridades e atuação do fundo, bem como para sistematizar as soluções inovadoras que deram certo e tem potencial de replicação.

No futuro, a sustentabilidade do FA é incerta, e pode ser um fundo de tempo restrito. O MMA e o BNDES não mobilizaram outras fontes de doações, sendo o fundo

é composto apenas por três doadores. Além disso, é incerta a continuidade de apoio do governo norueguês a partir de 2016.

De acordo com um dos especialistas, “se o FA tem pretensões de captar mais recursos e atrair mais doadores, necessariamente, terá que estruturar melhor a sua carteira de projetos. Será preciso capacitar os proponentes e sua equipe técnica, melhorar na agilidade dos processos, e montar um programa efetivo de monitoramento e acompanhamento”.

A ausência de resultados consolidados, demonstrando a aderência dos projetos apoiados com a redução do desmatamento, impacta diretamente a capacidade do fundo de atrair novos recursos. Além disso, um dos especialistas traz à luz uma preocupação de que a ênfase atual em projetos governamentais venha a gerar o atraso maior na execução, pois esses projetos não estão prontos, e o governo é menos ágil que a sociedade civil pra elaborar projetos e executá-los.

Além disso, o cenário econômico mundial atual apresenta-se desafiador e desfavorável para uma estratégia de captação de recursos não reembolsáveis. Dentre os principais fatores, destacam-se a crise econômica mundial, que abrange principalmente países da Europa e os EUA, e o esfriamento da agenda de carbono. Um dos especialistas argumenta que “além das consequências da crise econômica, a mudança de percepção do Brasil no cenário internacional tem afastado potenciais doadores. Atualmente, o Brasil não é mais visto como um país dependente de doações e de apoio externo para resolver os seus problemas internos”. Esse fato se reforça com iniciativas recentes do Governo Federal em perdoar dívidas de cerca de US\$ 900 milhões de países da África. E isso impacta diretamente o potencial do FA em captar novos recursos por meio de outros acordos de cooperação internacional.

Com relação à transparência do fundo foi identificada a necessidade de estabelecer novos processos de comunicação, principalmente relacionado à ausência de parecer técnico aos proponentes que tiveram seus projetos não enquadrados. Esse parecer é importante para que o proponente entenda as suas fragilidades e a da proposta. Trata-se de uma questão importante, principalmente quando se refere a um fundo baseado na captação de recursos internacionais. Nesse sentido, o FA passaria a ter um papel qualificador e de contribuição com a melhoria das propostas por parte dos proponentes.

A discricionariedade com relação aos critérios de aprovação e nível de exigência, dependendo do proponente, também é uma questão a ser avaliada. Esse fato, na percepção dos proponentes e especialistas, leva a uma falta de transparência com relação aos procedimentos e critérios do fundo.

A burocracia e a preocupação central com quesitos de auditoria e transparência na prestação de contas, em detrimento de focar no potencial transformador e inovador do fundo, é uma crítica comum entre os especialistas. Cabe a avaliação da atual estrutura de governança do fundo, com relação à sua eficiência e eficácia, dentro da estrutura do BNDES, e sujeito às suas políticas operacionais usuais. Para uma iniciativa com as características do FA, é desejável que o gestor assuma um determinado nível mínimo de risco nas aprovações.

Outro importante aspecto é que a curva de aprendizado da equipe do BNDES ainda não chegou ao fim. A diferença de cultura institucional gera um conflito de pensamentos entre o BNDES e os proponentes devido à falta de conhecimento mais aprofundado da equipe do banco sobre as temáticas e experiências em campo que dão resultado. Seria desejável que houvesse uma maior flexibilidade para contratação de consultores para capacitar frequentemente a equipe do BNDES envolvida em todas as etapas do processo de análise e enquadramento, e não apenas focar na capacitação da equipe dedicada ao FA. Hoje a capacitação da equipe do FA se limita a palestras de especialistas, contratados por meio do acordo de cooperação estabelecido com o GIZ.

O fato da Amazônia não ser prioridade na agenda de desenvolvimento do Brasil deve ser destacado nessa análise. Um dos grandes problemas que impedem o desenvolvimento da Amazônia está na ausência de informação sobre a própria biodiversidade da região, na precariedade do sistema de integração e educação, bem como no baixo investimento em ciência e tecnologia. Essa falta de conhecimento e informação leva a não exploração de negócios sustentáveis. Nesse sentido, é preocupante o fato de que o FA ainda não tenha apoiado nenhum projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, apesar de ser um dos pilares prioritários.

Um dos especialistas apresentou uma proposta de novo modelo de gestão do FA, que deveria ser considerado pelo governo. Trata-se de definir um articulador estratégico para o FA, que tivesse competência técnica e capacidade de mobilização de uma rede de instituições na Amazônia, para administrar o fundo em parceria com o BNDES. Para isso, a governança do fundo precisa ser revista, assim como o papel de seus comitês.

O especialista afirma que não há nenhuma organização no Brasil capaz de executar um programa robusto na região, utilizando todo o potencial de investimento do FA. No entanto, argumenta que o modelo ideal seria integrar instituições que atuam na Amazônia, para atuar em rede e desenhar conjuntamente os projetos. Trata-se da formação de um grande programa em rede, compartilhando metodologias e tecnologias, atuando nas cadeias produtivas locais e regionais, por meio da

conservação da floresta em pé, e com transferência tecnológica. Nessa concepção, deveria ser criada e mobilizada uma rede composta por redes regionais, com foco no desenvolvimento sustentável e na conservação da floresta Amazônica. Exemplos de cadeias com potencial para essas redes incluem as cadeias do mel e do peixe, que hoje são pouco exploradas de forma sustentável e com escala.

2. Posicionamento do Governo da Noruega

As mudanças climáticas são tratadas de forma prioritária e estratégica para o Governo da Noruega, que estabeleceu uma meta de reduzir em 30% suas emissões de GEE até 2020, tendo por base as suas emissões de 1990. Estabeleceu ainda o ambicioso plano de atingir a neutralidade de carbono do país, reduzindo 100% das suas emissões até 2050. Essas metas, aprovadas pelo parlamento norueguês em abril de 2008, foram discutidas e validadas por quase todos os partidos políticos, com exceção de um partido da oposição. A aprovação dessas metas significou um compromisso formal com relação ao clima entre os partidos.

A Noruega também quer contribuir para mitigar mudanças climáticas internacionalmente. O governo norueguês decidiu em 2007 investir até 3 bilhões de coroas norueguesas anualmente para contribuir com a redução de desmatamento e degradação de florestas. Esta iniciativa foi lançada em Bali pelo primeiro ministro Jens Stoltenberg. Para atingir esta meta era preciso trabalhar tanto para estabelecer um regime para redução de emissões oriundas de desmatamento e degradação florestal (REDD+) através de negociações internacionais, e trabalhar diretamente com países onde ocorrem estas emissões. O Brasil e a Indonésia contribuem com a metade dessas emissões anuais no mundo. Dessa forma, esses países se apresentaram como importantes candidatos para cooperação em relação à redução das emissões oriundas do desmatamento para o estabelecimento de um acordo de cooperação internacional.

O FA, apresentado pela primeira vez na COP de 2007 em Bali, estava muito alinhado com a forma de pensamento e estratégia de mudanças climáticas do Governo Norueguês. Além disso, o Brasil apresentava capacidade para medir o desmatamento e já tinha demonstrado decisão política e habilidade para reduzir o desmatamento. Sendo assim, o Brasil foi o primeiro país a receber o apoio da Iniciativa Internacional de Clima e Floresta, liderada pelo embaixador Hans Brattskar. A iniciativa tem como missão apoiar ações para reduzir as emissões resultantes do desflorestamento e degradação florestal em países em desenvolvimento.

Em 2008 o governo norueguês formalizou o apoio ao FA com a intenção declarada de repassar cerca de US\$ 1 bilhão até 2015, condicionado à apresentação de resultados. O objetivo da Noruega com essa doação era contribuir com uma estrutura de incentivos visando à redução das emissões por desmatamento, que então podia financiar a conservação e uso sustentável da floresta.

Os principais fatores que levaram o Governo da Noruega a apoiar o FA, incluem: o mecanismo para a captação de recursos condicionado à redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, comprovadas pelos resultados do ano anterior, com base nas medições do INPE; diretrizes do fundo, estabelecidas pelo COFA, em contribuir não apenas com o desmatamento, como também com o desenvolvimento, e apresentação dos resultados pelo CTFA.

De maneira geral, a avaliação do Governo da Noruega com relação aos resultados de desmatamento é muito boa. O desmatamento na Amazônia tem diminuído bastante, e por consequência, a redução das emissões oriundas do desmatamento e da degradação ambiental. No entanto, há uma expectativa de que o potencial de investimento do fundo fosse utilizado de uma maneira mais eficiente. Por outro lado, mencionam a importância de que a utilização dos recursos doados sejam implementados de uma forma responsável, por meio do apoio a projetos de qualidade e que apresentem resultados. Não adianta acelerar a utilização dos recursos e correr riscos de apoiar projetos que não contribuam. Conclui que há oportunidade de melhoria na gestão do FA, em diferentes aspectos, a saber:

- a) Adaptar os procedimentos de aprovação de projetos para o objetivo do fundo, para que possam tanto garantir demandas de responsabilidade, e ao mesmo tempo melhorar a eficiência dos processos de aprovação e torná-los mais adequados;
- b) Tornar uma estratégia mais evidente para poder priorizar quais projetos que serão mais necessários para continuar a redução do desmatamento, assim como promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica, e
- c) Assegurar que os projetos mais importantes de fato sejam desenvolvidos pelos atores mais relevantes.

O Governo da Noruega posiciona que possui um diálogo direto com parceiros brasileiros com relação à governança do fundo, critérios de avaliação e aprovação de projetos, gestão do BNDES, extensão do prazo de utilização dos recursos e sustentabilidade da cooperação internacional.

3. Considerações Finais

Os avanços do fundo desde 2009 foram significativos. No entanto, os resultados apresentados pelo fundo não condizem com a urgência da redução do desmatamento da Amazônia, atrelados com a janela de oportunidade única que foi colocada com a doação do Governo da Noruega até 2015. Na visão de todos os entrevistados, o modelo de gestão do fundo deve ser revisto urgentemente. É esperado que o FA invista em iniciativas inovadoras e assumam um pouco mais de riscos.

Apesar do volume total da carteira de projetos ser relevante, a execução do fundo é considerada baixa na visão dos especialistas. Durante as entrevistas foi possível identificar os principais aspectos de gestão do FA que deveriam ser revistos com o objetivo de facilitar a utilização do potencial de investimento do fundo, a saber: celeridade e desempenho nas análises das propostas; reavaliação da carteira de projetos; criação de indicadores de acompanhamento de resultados, que permitam comparação entre as diferentes iniciativas, e agrupamento dos resultados com uma visão de programa; prover assistência técnica na elaboração das propostas de proponentes qualificados; contribuição com a gestão dos projetos em campo e apoio na execução, por meio de uma contribuição consultiva na implantação; estabelecer critérios para não causar discricionariedade entre os proponentes; melhorar a comunicação com os proponentes e emitir parecer técnico do não enquadramento das propostas, e ter uma visão de programa com métricas e objetivos nacionais, integrando às cadeias produtivas locais.

Por mais que os Estados do bioma amazônico tenham consideráveis desafios em conter o desmatamento e desenvolver uma economia local sustentável, não há capacidade técnica para isso. O FA deveria ser pautado em apoio à execução. Isso pressupõe uma nova governança, ter uma visão baseada na lógica de um programa integrado e não por projetos individuais, mas com escala, resultados, e compromissos políticos de continuidade às ações nas esferas municipais, estaduais e federais. É necessário induzir as propostas e não esperar por uma demanda espontânea. Dessa forma, o FA passará a ter um apoio efetivo e adicional em iniciativas que apoiem a política pública em ações concretas que evitem o desmatamento, bem como desenvolvam uma economia regional, ambientalmente sustentável, socialmente justa e inclusiva.

É preciso posicionar o FA como um programa integrado com as necessidades da Amazônia, e não como apenas como repassador de recursos não reembolsáveis. O

BNDES não tem competência e foco a execução de projetos, e esse não é seu papel. Como empresa pública e principal banco de desenvolvimento do país, sua competência é centrada no financiamento de longo prazo em todos os segmentos da economia. O BNDES não é, e não deve ser um executor de projetos.

De forma conclusiva, o FA não pode correr o risco de se tornar um instrumento de governo para execução de políticas públicas. A razão de existir do FA deve ser pautada no apoio a iniciativas inovadoras, que de fato reduzam o desmatamento da Amazônia, por meio da promoção de negócios sustentáveis, inclusão social e desenvolvimento territorial, sem perder os critérios rígidos de aprovação e transparência na prestação de contas. Modelos devem surgir que possam ser replicados em diversas regiões no Brasil ou em outras florestas no mundo. Dessa forma, o FA mantém seu caráter inovador, sendo efetivamente um fundo adicional, e que possa ser referência mundial.

A avaliação da experiência brasileira com o FA é muito importante para o cenário internacional das mudanças climáticas. No entanto, o baixo desempenho do fundo em relação aos desembolsos, comparados com o seu potencial de investimento, pode ter como consequência direta o enfraquecimento da posição brasileira nas discussões internacionais. Principalmente considerando que o Brasil sempre defendeu que a preservação das riquezas naturais nos países em desenvolvimento deveria ser financiada pelas nações desenvolvidas.

4. Limites da Pesquisa e Sugestões para Futuros Estudos

As seguintes limitações devem ser consideradas nesse estudo: a subjetividade do pesquisador nas técnicas de análise documental e análise do discurso, bem como a ausência de depoimento de representantes do MMA, importante *stakeholder* do FA.

Como recomendação para outros pesquisadores, uma nova análise em dois anos pode trazer um diferente cenário com relação ao BNDES, incluindo suas práticas de gestão e aplicação de suas políticas operacionais na análise de propostas submetidas ao FA. A carteira de projetos, hoje muito diversificada e sem resultados consolidados por programa, poderá ser mais bem avaliada com a mudança de foco estabelecida em 2013 pelo COFA.

Além disso, é importante avaliar os resultados com a finalização dos primeiros projetos apoiados, bem como o acompanhamento dos resultados de projetos que foram contratados, mas ainda não receberam o primeiro desembolso. Será relevante avaliar os resultados da carteira de projetos, com relação à aderência dos projetos aos

resultados de redução do desmatamento. A profundidade e os resultados do FA deverão ser medidos no futuro.

Para continuidade desse estudo, seria interessante ter uma pesquisa comparativa entre a gestão do FA e a iniciativa de REDD da Indonésia, apoiada também pelo Governo da Noruega com a intenção de doação de US\$ 1 bilhão. Brasil e Indonésia são responsáveis hoje por 50% das emissões mundiais oriundas do desmatamento e degradação ambiental.

5. Referências Bibliográficas

- BNDES. Fundo Amazônia. *Relatório anual de atividades 2010*. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/RAFA_2010_pt.pdf. Acesso em: 5/6/2013.
- CAMPOS, Ana Cristina. *Alertas de desmatamento e degradação da Floresta Amazônica aumentam 35%*. Agência Brasil de Comunicação. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-09-10/alertas-de-desmatamento-e-degradacao-da-floresta-amazonica-aumentam-35>. Acesso em: 11/9/2013.
- COLLIS, J. HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós graduação*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- INPE. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3392. Acesso em: 11/9/2013.
- IPCC, A. R. Intergovernmental Panel on Climate Change. 2007. Disponível em: www.ipcc.org
- MARCOVITCH, Jacques. *A gestão da Amazônia – ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas*. São Paulo: Edusp. 2011.
- _____. *Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais*. São Paulo: Edusp/Saraiva. 2006.
- MARGULIS, Sergio; DUBEUX, Carolina Burle Schmidt (Eds.). *Economia da mudança do clima no Brasil: custos e oportunidades*. São Paulo: IBEP Gráfica, 2010.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia na investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 30/3/2013.
- MOUTINHO *et al.* *REDD no Brasil: um enfoque amazônico. Fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD*. 3ª ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.
- PBMC. *Base Científica das Mudanças Climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 1 para o 1º Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Sumário Executivo do Volume 1 [Ambrizzi, T., Araújo, M., Silva Dias,

P.L., Wainer, I., Artaxo, P., Marengo, J.A.]. PBMC, Rio de Janeiro, 2012.
Disponível em:

http://www.insa.gov.br/wp-content/themes/insa_theme/acervo/painelbrasileiro.pdf

Acesso em 30/9/2013.

STRASSBURG, B.B.N. *Sumária avaliação econômica dos impactos das mudanças climáticas sobre biomas brasileiros*. Relatório do autor, 2009.

VIANA, V. *Financing REDD: meshing markets with government funds*. IIED Briefing. London, UK: 2009.